

-----Ata da reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, realizada pelas vinte horas e trinta minutos, do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e três, na sala de sessões do edifício dos Paços do Concelho, cuja ordem de trabalhos é a seguinte: -----

Ponto 1: Apreciação e eventual aprovação do “Regulamento da Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais de Santa Cruz da Graciosa”;

Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação da “Norma de Controlo Interno do Município de Santa Cruz da Graciosa”;-----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação do “Código de Conduta do Município de Santa Cruz da Graciosa e Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho”;-----

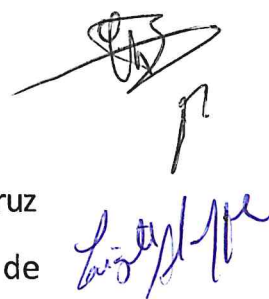
Ponto 4: Apreciação e eventual aprovação do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas do Município de Santa Cruz da Graciosa”;-----

Ponto 5: Apreciação e eventual aprovação da “Estratégia Local de Habitação do Concelho de Santa Cruz da Graciosa”;-----

Ponto 6: Apreciação e eventual aprovação do “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis) – Retificação de deliberação – a cobrar por parte do Município de Santa Cruz da Graciosa em 2024;-----

Ponto 7: Apreciação e eventual aprovação da “4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano”.-----

----- Verificado o quórum, constata-se as presenças de: João Manuel Teixeira Bettencourt; Tiago Avelar Lima Santos; Lizete Bergantim Oliveira de Andrade Albuquerque; Ricardo Bettencourt Ramalho; Cátia Isabel Lima da Silva, em substituição de Nélia Maria Ávila Nunes Pereira; Tiago Alves Bettencourt Santos; George Ortins Lobão; Paulo Jorge Leite da Cunha e Magda Andreia da Silva Benjamim, em substituição de Manuel José Silva Ramos, todos do Partido Socialista; Bruno Alexandre Teixeira Silveira;



Daniel Lima da Silva; Cláudia Bettencourt Medina; Maria Clélia Espínola Louro; Sérgio Manuel Mendonça Melo; Rodrigo Cordeiro Silveira, em substituição de João Luís Bruto da Costa Machado da Costa; Catarina Bettencourt de Almeida; Bruno Filipe Câmara Espínola, em substituição de João Manuel Ávila Picanço e Marco Nuno Costa e Silva, todos da Coligação Somos Todos Graciosa.-----

----- Também presentes o Presidente da Câmara Municipal, António Manuel Ramos dos Reis, o Vice-Presidente Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos e os Vereadores Anabela Maria Bettencourt do Rosário Simões, em substituição de José Manuel Gregório de Ávila, João Natal Lima Bettencourt e Tiago Manuel Espínola Louro, em substituição de Lara Isabel Freitas Sousa. -----

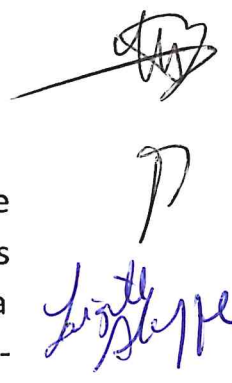
----- Aberta a sessão, o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida. Informou a Assembleia Municipal do pedido de renúncia de Alexandre do Nascimento Fernandes de Ávila do cargo de Deputado Municipal, para o qual tinha sido eleito na lista do Partido Socialista. Posteriormente, passou-se à leitura e votação da ata da Reunião Ordinária de doze de setembro de dois mil e vinte e três, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Seguidamente passou-se à “Ordem do dia”. -----

Ponto 1: Apreciação e eventual aprovação do “Regulamento da Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais de Santa Cruz da Graciosa”;

----- Em intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal, o mesmo referiu que os assuntos dos pontos um, dois, três e quatro da ordem de trabalhos desta reunião aparecem na sequência da modernização administrativa da Câmara Municipal, e são importantes para se fazer atualizações nas várias áreas que servem de base aos trabalhos da Câmara Municipal. Relativamente ao ponto um, o Presidente da Câmara acrescentou, ainda, que, quando esta Câmara tomou posse, a orgânica





administrativa da Câmara Municipal era dividida em duas secções, o que se refletia num grande volume para cada uma delas e, por isso, os responsáveis por cada uma sugeriram logo de entrada que fosse feita essa reorganização em secções mais pequenas-----

-----Posto isto foi solicitado pelo próprio Presidente da Câmara, uma explicação mais aprofundada sobre o ponto por parte do Técnico Superior do Município Tiago Santos, de forma a esclarecer melhor os Deputados Municipais.-----

-----Assim, o Técnico Superior do Município Tiago Santos interveio, explicando que o documento da orgânica foi-nos sugerido pelos responsáveis de cada divisão. Ao nível da orgânica há uma redefinição das unidades orgânicas e a recriação da divisão de técnico de obras e urbanismo que vai abarcar, também, uma mudança de algumas competências que estavam na alçada da presidência, no gabinete de desenvolvimento socioeconómico. Todos os trabalhadores do gabinete de desenvolvimento socioeconómico passam para esta divisão. É uma coisa nova, mas vai-se resolver e fazer tudo o que for possível. Perante a nova lei, não pode haver muitos chefes de divisão, mas pode haver várias divisões e não só duas como antigamente. Há também algo novo, o gabinete de apoio ao cidadão.-

-----Relativamente aos pontos seguintes, são vários programas que tiveram que ser atualizados, caso não se fizesse essa atualização a Câmara Municipal poderia incorrer em grandes coimas.-----

-----O Membro Ricardo Ramalho manifestou a posição favorável do Partido Socialista. Posteriormente passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação da “Norma de Controlo Interno do Município de Santa Cruz da Graciosa”;-----

----- A intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal já foi referida no ponto um e foi solicitado pelo próprio uma explicação mais aprofundada sobre o ponto por parte do Técnico Superior do Município, Tiago Santos, de forma a esclarecer melhor os Deputados Municipais, também já descrita no ponto um. O Membro Ricardo Ramalho manifestou a posição favorável do Partido Socialista. Posteriormente passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação do “Código de Conduta do Município de Santa Cruz da Graciosa e Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho”;-----

----- A intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal, acrescentou que foi enviado uma pequena adenda a este documento, para correção de um termo de forma a que tudo ficassem mais claro e melhor compreendido. Assim, o documento apresentado para eventual aprovação está, portanto, acompanhado desta adenda. Como já foi referido no ponto um, o presidente solicitou uma explicação mais aprofundada sobre este ponto, por parte do Técnico Superior do Município, Tiago Santos, de forma a esclarecer melhor os Deputados Municipais, a qual também já foi descrita no ponto um. O Membro Ricardo Ramalho manifestou a posição favorável do Partido Socialista. Posteriormente, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 4: Apreciação e eventual aprovação do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas do Município de Santa Cruz da Graciosa”; -----

----- A intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal já foi referida no ponto um e foi solicitada pelo próprio uma explicação mais aprofundada sobre o ponto por parte do Técnico Superior do Município, Tiago Santos, também já descrita no ponto um, de forma a esclarecer melhor os Deputados Municipais. O Membro Ricardo Ramalho manifestou a posição favorável do Partido Socialista. Posteriormente passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 5: Apreciação e eventual aprovação da “Estratégia Local de Habitação do Concelho de Santa Cruz da Graciosa”; -----

----- Após intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal, o mesmo esclareceu que, para ajudar a desenhar esta estratégia para a habitação, a Câmara Municipal pediu a colaboração a uma empresa especializada na área, a saber a empresa FMWAY. Esta estratégia baseia-se num programa já existente a nível nacional, denominado “Primeiro Direito” e, dentro dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR),

nomeadamente no primeiro eixo, encontrou-se uma solução que permitiu concorrer diretamente à república, pois está relacionado com a habitação. Esta estratégia está numa fase final de aprovação a qual, sendo nesta reunião eventualmente aprovada, ficará só à espera da assinatura com o IRU.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Câmara referiu que o Dr. Ricardo Agostinho, colaborador da empresa *FMWAY* iria entrar online e fazer uma explicação da referida estratégia em modo de vídeo chamada.-----

-----Sendo assim, o Dr. Ricardo Agostinho começou por referir que esta estratégia surge como um documento obrigatório de acesso ao programa “Primeiro direito”, para criar oferta habitacional e dar resposta ao parque público da habitação e intervir no parque privado que já existe. Para o efeito, foram tidos em conta vários pontos: o período de vigor da estratégia (seis anos); o levantamento de situações indignas e a necessidade de dar uma ordem de prioridade às várias situações.-----

-----Para as situações de habitação indigna há quatro tipologias a considerar: precariedade (sem abrigo, violência doméstica, situações de despejo, etc.); insalubridade e segurança; acessibilidade (rampas, escadas, etc.); sobrelotação.-----

-----Para o efeito o IRU disponibiliza um conjunto de soluções, tais como: apoios para a habitação; construção de raiz; compra de terrenos para construção; compra de habitações em mau estado.-----

-----Como forma de apoio teremos a comparticipação não reembolsável, com o Plano de Resiliência e Recuperação (PRR). Esta comparticipação pode ascender aos cem por cento, desde que esteja no prazo do PRR. Despejas elegíveis serão a fiscalização, a construção, entre outras, sendo que tem de haver uma inscrição, incluindo um diagnóstico. Este último, permite ser atualizado a qualquer momento e é mesmo obrigatório fazê-lo a cada ano, podendo ser necessário fazê-lo até em períodos mais curtos, explicando-se, assim, que pode haver atualizações da candidatura da estratégia. Situações de famílias em habitações com contrato de arrendamento não têm direito, neste caso a pressão tem de ser feita àquele que arrenda, ou seja, ao proprietário. Se isto não acontecer, as famílias podem ser, mais tarde, reencaminhadas para outras habitações que venham a beneficiar desta estratégia.-----

-----Depois do levantamento da necessidade foi delineada uma estratégia. No total, esse plano tem dezassete medidas, na medida cinco - Soluções habitacionais - que têm enquadramento no Primeiro Direito, podem candidatar-se as seguintes entidades: o município; as juntas de freguesia; Santas Casas da Misericórdia. Podem, também, aceder pessoas que estão no mercado privado, mas que correm o risco de ficar sem habitação, pois não conseguem fazer face às despesas. O IRU diz que o documento reúne condições para ser aprovado e o acordo com esta entidade permite ao município aceder à verba, mas nenhuma das entidades concorrentes (Câmara Municipal, juntas de freguesia, Santas Casas da Misericórdia) são obrigadas a concorrer. Por outro lado, o valor monetário não fica nos cofres do município, isto só acontecerá se houver candidatura por parte da Câmara Municipal.-----

-----Na medida 1.2., haverá 6,5 milhões de euros para adquirir vários fogos e reabilitação de quatro fogos da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz e, ainda, a reabilitação de dois fogos da junta de freguesia de Santa Cruz. Nesta medida, estão também contemplados 8,2 milhões de euros para situações de reabilitação de quarenta e oito fogos da Câmara Municipal.---

-----Na medida 1.3., estão contemplados os fogos das Juntas de Freguesia de São Mateus e Santa Cruz.-----

-----Por último, na medida 1.4., estão contemplados os proprietários privados, aqueles que são detentores de habitação própria, num total de 78 agregados familiares, constituindo candidaturas individuais.-----

-----A Câmara Municipal será sempre o coordenador da estratégia, com a colaboração de uma equipa técnica, havendo a necessidade de se fazer reuniões ao longo do processo para permitir que o mesmo seja dinâmico.--

-----A nível de datas, há que ter em atenção que o PRR estará vigente até 30 de junho de 2026 e permitirá uma comparticipação de cem por cento, sendo que para além desta data continuará em vigor, mas com percentagens não tão apelativas.-----

-----Depois da eventual aprovação da estratégia nesta reunião de hoje pela Assembleia Municipal, será enviado o documento para o IRU, sendo seguidamente realizado protocolo com a Câmara Municipal. Esta, por sua vez, poderá candidatar-se logo, bem como todos os outros beneficiários.---

-----Por fim, o Dr. Ricardo Godinho forneceu o seu contato e disponibilizou-

se para tirar dúvidas.-----

-----De seguida, o Deputado Ricardo Ramalho agradeceu a explicação dada por aquele técnico, questionando sobre o modelo de governação relativamente a esse assunto, ou seja, se todo o processo burocrático das candidaturas será apresentado pelos proprietários dos próprios edifícios. Questionou, também, que edifícios se poderão candidatar, se só aqueles que foram sinalizados ou outros.-----

-----A estas questões o técnico respondeu, dizendo que todo o processo burocrático é entregue pelos proprietários dos edifícios candidatos, mas que a Câmara Municipal terá sempre o monopólio na articulação entre os vários intervenientes, ela faz a ligação entre as entidades, os privados e o IRU. A Câmara Municipal tem, ainda, a responsabilidade de emitir um conjunto de declarações, entre outros assuntos técnicos que poderá apoiar.-----

-----Relativamente à segunda questão colocada, o técnico respondeu que a Câmara Municipal é proprietária de algumas das habitações sinalizadas e que outras serão diretamente relacionadas com os privados, mas que há que ter em atenção que muitas das famílias não saberão tecnicamente proceder às candidaturas. Neste sentido, haverá um documento que será assinado pelos privados e que assumirá o papel específico da Câmara em cada processo, papel que poderá ir até à gestão da quantia monetária recebida por cada família candidata, porque poderá haver famílias que não o saibam fazer. Acrescentou, ainda, que o IRU não saberá os nomes das famílias, mas todas elas têm de estar enquadradas neste primeiro levantamento, têm de estar previstas na estratégia. Tem de se dizer que a família "A", por exemplo, está enquadrada na situação de insalubridade, tem de se saber do IRS das famílias, e de todas as situações de carência. Há já um conjunto de famílias que foram analisados e fazem parte do levantamento.-----

-----Posto isto, o Presidente da Câmara tomou da palavra para referir que a Câmara decidiu dar prioridade aos bairros sociais, um deles é o bairro da barra, que é muito antigo e onde se tem de debruçar sobre uma intervenção mais profunda.-----

-----Posteriormente, passou-se à votação, onde foi aprovado por unanimidade.-----



Ponto 6: Apreciação e eventual aprovação do “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – Retificação de deliberação – a cobrar por parte do Município de Santa Cruz da Graciosa em 2024; -----

----- Em intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal, o mesmo explicou que este ponto já tinha vindo para aprovação da Assembleia da Câmara, em reunião anterior, mas que, decorrente de uma alteração da lei na República, vamos ter de retificar, porque agora os valores que são descontados ao agregado familiar no que respeita ao IMI alteraram. Esta alteração estipula que para um dependente a cargo do correspondente, a dedução fixa passará a ser de trinta euros para famílias com dois dependentes será de setenta euros, três ou mais dependentes será de cento e quarenta euros, o que se vê claramente que beneficia as famílias que têm mais dependentes. De seguida, passou-se à votação, onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e eventual aprovação da “4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano”. -----

----- Em intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara Municipal, o mesmo referiu que se trata de vários pontos simples. Começou por explicar que um dos pontos é a criação da rubrica para a Câmara Municipal poder receber o valor do contrato aral que a mesma assinou com o governo para a construção da marina da Barra, como vencida a primeira prestação que é de trezentos e cinquenta mil euros para dois mil e vinte três. Aprovando esta revisão aqui, damos hipótese ao nosso sector financeiro para criar uma rubrica que permitirá à Câmara Municipal receber as verbas que vão ser atribuídas ao abrigo do contrato aral. -----

-----O Presidente explicou, ainda, que vem para aprovação, nesta Assembleia, uma anulação de vinte e cinco mil euros na rubrica Viadutos, Arruamentose Obras, para com 20 mil euros comprarmos um terreno junto à EB1/JI de Santa Cruz que vai ser utilizado para melhorar o trânsito junto à escola e cinco mil euros para a instalação de um posto de carregamento para veículos elétricos junto ao parque de bicicletas, perto da Câmara Municipal, que nos foi atribuído pelo Governo Regional na altura da instalação das bicicletas, mas que precisa fazer-se toda a parte de contratação e instalação. -----

-----Posto isto, o presidente da Assembleia Municipal questionou o Presidente da Câmara sobre como ficará o trânsito da EB1/JI de Santa Cruz, bem como o estacionamento e se a própria escola beneficiará mais alguma coisa com o resultado da compra do terreno.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que a ideia inicial é usar a rua do Saco, que tem fim com umas ruínas que já foram adquiridas pela Câmara anterior. Pretende-se remover as ruínas e continuar o caminho do Saco por detrás daquele conjunto de casas e fazê-lo sair ao lado da escola primária. Na parte de trás da escola ficará um estacionamento para os veículos dos funcionários afetos à escola e para os pais que quiserem estacionar para irem à escola levar os filhos. Na rua que fica junto à escola primária ficará só um espaço para os carros deixarem os meninos e andarem, desta forma pretende-se retirar todo o trânsito junto àquela escola.-----

-----De seguida, Ricardo Ramalho questiona se há ideia de futuramente de ligar essa intervenção à rua do campo de futebol.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que, por enquanto não, mas que futuramente poder-se-á fazer outras intervenções.-----

-----Posteriormente passou-se à votação, onde foi aprovado por unanimidade. -----

-----No período de intervenção do público, por não haver intervenções deu-se o mesmo por encerrado. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, tendo-se elaborado a Minuta de Ata que depois de lida em voz alta, na presença de todos, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. Esta Ata foi aprovada em minuta para poder ter execução imediata. -----

A Mesa da Assembleia Municipal

